

Associação Conquistas da Revolução

Nº 25 | JANEIRO 2020

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com



**SÓ A VERDADE
É REVOLUCIONÁRIA!**

04 | *A Luta é o caminho*

06 | *Vai chocando o ovo da serpente nazifascista.*

08 | *Sobre a importância da memória....*

10 | *Bolívia e a desigualdade social.*

12 | *Centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves*

Actividades do Núcleo do Porto.

EDITORIAL

CLARIDADE E LUTA

A situação política está mais difícil. Temos um governo a crescer em injustiça, com base num resultado eleitoral por muitos enganadoramente facilitado. O orçamento de Estado para 2020 contém matéria de conquistas anteriores, por exemplo nos transportes públicos e manuais escolares, mas tem limitações na concretização de serviços públicos como a saúde, a educação, a cultura e o apoio social, no escândalo dos 0,3% para os trabalhadores da Função Pública, nos zeros e zeros para as reformas dos mais sacrificados e revoltados.

Na questão do chamado "superavit", mil e duzentos milhões de euros, na grande maioria, vão esvair-se nos bancos mais e mais falidos, nos negócios de entrega de bens públicos aos que sempre comeram tudo e nunca deixaram nada.

Aí está uma das verdadeiras faces dos papéis que a União Europeia e o capitalismo todo poderoso fazem representar ao governo do PS, com “consideração e carinho” de ambas as partes... Alias, este governo vai mais longe do que os patrões obrigam. Pensam que, assim, ficarão eternamente donos e senhores do poder, mas este esvai-se no descrédito público em que já se encontram. Para bem dos poderosos e para mal de todos nós e da democracia, que o governo agride até na proposta de estatutos especiais para bufos e denunciadores, no tocante a dinheiros e negócios que aí continuarão intocáveis aos níveis mais altos, que estes governantes reverenciam e a que obedecem.

Areia para tapar grandes e pequenas corrupções de que muitos se alimentam enquanto podem. Quanto aos trabalhadores e às populações, face à realidade que se avoluma

e agrava, na vida política, nos salários e pensões, nos direitos atacados, aí estão e estarão nas iniciativas populares, nas lutas sindicais e associativas, na unidade que faz a força, nesses caudais de gente esclarecida, democrática e revolucionária que novamente se afirmará em 2020.

É esse o nosso caminho. Sem ilusões mas com sonhos e combates concretos, no quotidiano duro que pretendem ocultar com promessas, demagogias e mentiras que já não pegam. Vamos adiante, na esperança, alegria e firmeza que abrem o que às vezes parece impossível e se transforma em realidade e conquistas da revolução de Abril, que não deixaremos de amar e impulsionar.

Modesto Navarro

Vice-Presidente da Direcção da ACR



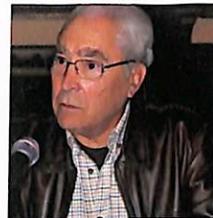
Associação Conquistas da Revolução

**O vosso contributo financeiro
é indispensável para a actividade
da Associação!**

PAGUE A SUA QUOTA!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6
ou DEPÓSITO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
2178029245630

José Baptista Alves
Presidente da Direcção da ACR



Caros Associados e amigos

No ano que findou, comemorámos 45 anos do 25 de Abril. Mais uma vez assistimos a grandiosas manifestações populares que inequivocamente afirmaram o apêgo do povo português aos valores de Abril. A defesa das conquistas da revolução foi a palavra de ordem que mais se ouviu e foi claramente à luz destes valores que a população sufragou uma clara maioria das forças que deles se assumem herdeiras, nas últimas eleições legislativas.

O aparecimento de forças fascistas, racistas e xenófobas, travestidas de qualquer nova identidade para iludir incautos, deve merecer a nossa atenção e denúncia, desmascarando os seus intentos criminosos contra a humanidade e exigindo dos poderes públicos o cumprimento do Artº 46º da CRP de 1976 que expressamente proíbe a existência de tais organizações.

Mas, não nos iludamos por mais tempo, a razão pela qual este mal endémico, que

alastra pela Europa e um pouco por todo o planeta, não tem entre nós maior expressão é seguramente a enorme força e actualidade dos valores da nossa revolução. E este é o antídoto eficaz para combater a peçonha.

É preciso romper com o espartilho europeu das teses neo-liberais que nos despojaram já de muitos dos nossos direitos constitucionais, que liquidaram conquistas importantes da Revolução de Abril, que paralisaram serviços públicos essenciais à nossa vida colectiva, que reduziram à pobreza parte significativa da nossa população (segundo dados do INE, um milhão setecentos e sessenta e sete mil habitantes abaixo do limiar de pobreza em 2018).

É preciso cumprir Abril; voltarmos a ser uma nação de gente consciente dos seus direitos e a lutar por eles; uma nação orgulhosa da sua capacidade própria para construirmos um futuro melhor, mais próspero, mais justo e mais fraterno.

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue e site da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

www.conquistasdarevolucao.pt

A Luta é o caminho

As eleições legislativas do passado dia 6 de Outubro assinalam um novo quadro político em Portugal, embora a correlação de forças não se tenha alterado significativamente.

Na passada legislatura, apesar das condicionantes resultantes das opções do governo minoritário do PS, foi possível pela acção e luta dos trabalhadores e das populações, encetar um caminho de reposição e conquista de direitos e rendimentos, que permitiu iniciar soluções para problemas há muito adiados.

No entanto, continua a ser urgente dar resposta aos problemas estruturais do País, às assimetrias regionais, às desigualdades sociais e outros problemas que assolam a vida dos portugueses.

O país necessita de um rumo que rompa definitivamente com a política de direita, de forma a elevar as condições de vida do povo, assegure serviços públicos eficazes e o desenvolvimento do País, que apoie os sectores produtivos, agricultura, pesca e indústria.

Nesse sentido, é urgente o reforço de meios para os serviços públicos; estes têm de estar aptos a prestar serviços de qualidade, com trabalhadores motivados

e valorizados, com recursos modernos e eficazes para a concretização das missões que lhes estão atribuídas.

No Serviço Nacional de Saúde, este reforço de meios assume particular urgência, sendo determinante para o salvar, impedindo a sua destruição, pelo que é imperativa a inscrição de verbas para a contratação de médicos, enfermeiros e outros profissionais, para a reabilitação e construção de novos equipamentos, para o dotar dos meios técnicos e científicos adequados. Sendo verdade que foi anunciado para este Orçamento do Estado um aumento da verba destinada ao Serviço Nacional de Saúde, resta saber se a mesma é suficiente para suprir o subfinanciamento crónico de que este foi alvo.

Na Educação, continua-se a verificar a degradação de estabelecimentos de ensino, de que a ausência de medidas concretas para a concretização da eliminação do amianto é um exemplo; é também significativa a carência de pessoal nas escolas, o que leva a que estas encerrem temporariamente ou, estando abertas, mantenham serviços escolares suspensos, como bares, bibliotecas e ginásios, por falta de auxiliares de acção educativa.



O Orçamento tem de dar resposta aos problemas de meios das forças de segurança, assegurando a melhoria das condições de trabalho, mas também na Justiça e nas Forças Armadas, com a contratação de trabalhadores em falta e a superação de carências antigas.

A valorização do trabalho e dos trabalhadores assume particular importância, com o aumento do salário mínimo nacional para um valor digno, que permita combater a pobreza. É necessária a valorização dos trabalhadores da Administração Pública, com o aumento de salários que permita a recuperação do poder de compra, contrariando o congelamento de salários a que estão sujeitos há dez anos.

É preciso igualmente resolver os problemas estruturais existentes no apoio às artes, através da definição de um modelo de apoio que dê resposta às necessidades e da dotação de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura, de forma a assegurar o adequado investimento público na criação e fruição cultural como determina a Constituição da República Portuguesa.

A construção de um Orçamento com o objetivo de alcançar um excedente orçamental, sacrificando, em nome do défice das con-

tas públicas, as medidas necessárias à valorização dos trabalhadores e dos seus salários, ao aumento das pensões e reformas, à valorização dos serviços públicos, à valorização dos direitos das crianças, ao aumento do investimento público, à promoção de uma justa política fiscal, à dinamização do aparelho produtivo e do equilíbrio territorial, à promoção da cultura, à defesa do meio ambiente, não pode ser o caminho.

Na última legislatura abriu-se um caminho de reposição, defesa e conquista de direitos, mas permanece a necessidade de abrir um caminho que rompa com as opções essenciais da política de direita que tem sido prosseguida pelo PS, PSD e CDS desde 1976.

Ora, a proposta de Orçamento do Estado, agora apresentada, se não parece colocar em causa essa reposição de direitos ocorrida na anterior legislatura, também é verdade que não parece apostada em aprofundar esse caminho e avançar na conquista de novos direitos.

Nuno Lopes

Membro da direção da ACR

Vai chocando o ovo da serpente nazifascista

O neoliberalismo (nas suas várias matizes) é cada vez mais a ideologia do pensamento único, para a qual se diz que não há alternativa.

Defendem uma espécie de falso estado mínimo e o fim do excesso de carga do governo. Os sindicatos são considerados opressivos monopólios do trabalho, incompatíveis com a economia de livre mercado e que querem destruir o estado. Daí a considerá-los como «inimigo interno» (uma excrescência da chamada guerra-fria) vai um passo.

Contudo «a experiência dos últimos anos tem deixado claro, sem refutação possível, que o neoliberalismo não só não dispensou o estado, mas, ao contrário, tem exigido a presença activa de um poder político suficientemente forte para levar a cabo as violentas políticas neoliberais codificadas no Consenso de Washington.» (António Avelãs Nunes).

Mais. Se as condições o permitirem (ou o impuserem...), as soluções brandas que vêm sendo adoptadas, apesar de musculadas e até violentas, poderão ser substituídas pelo modelo chileno de 1973: o estado capitalista pode vestir-se e armar-

-se de novo como estado fascista, sem máscaras.

Estamos perante opções políticas que aceitam que os mercados substituam a política, sabendo perfeitamente que este é o caminho da morte da democracia. Criam-se mecanismos que muito «democraticamente» garantam que, mesmo mudando os governos, as políticas não mudem. Na prática trata-se de impedir que qualquer governo, honrando o mandato popular recebido dos eleitores, tenha a veleidade de querer levar por diante políticas contrárias às plasmadas nessas regras.

«Os dirigentes europeus [...] já encaram a informação como propaganda, o contraditório como um abuso e a liberdade como um delito. Está aberto o caminho para a imposição da opinião única, em que se baseiam todas as formas de censura» (José Goulão).

Nos EUA quem decide e quem manda, no círculo mais próximo de Donald Trump, associa mentalidades políticas fascistas a comportamentos em realidades paralelas nas quais a vida humana não tem qualquer valor. São eles que contribuem deci-



sivamente para as atitudes do presidente em matérias sensíveis como são a guerra e a paz, as relações internacionais e a prática imperial.

A associação entre a NATO e os nazi-fascismos é cada vez mais um facto em diferentes países.

À escala mundial, estudos recentes dizem-nos que 26 multimilionários detêm uma riqueza igual à da metade mais pobre da população mundial (cerca de 3,8 mil milhões de pessoas). Em cada ano que passa morrem tantas vítimas da fome ou de doenças causadas pela fome quantos os mortos da Segunda Guerra Mundial.

Estas políticas criam campo fértil para a propagação da ideologia xenófoba e racista das forças de extrema-direita e grupos de cariz fascista, que são promovidas pelo próprio sistema.

Neste contexto não espanta que um pouco por todo o mundo, mas com particular incidência na Europa, vá chocando o ovo da serpente nazifascista. Nas eleições deste ano para o Parlamento Europeu os

diferentes partidos de extrema-direita de tendências fascistas elegeram cerca de 200 deputados. Ou seja, 27 por cento, mais de um quarto da câmara.

Em Portugal, o velho objectivo de instalar em Santa Comba Dão um museu ao ditador Salazar e ao regime fascista está de novo em marcha. E na nova composição da Assembleia da República, destaquem-se as novas representações parlamentares de duas forças políticas (Chega e Iniciativa Liberal) associadas aos centros mais reaccionários do capital, com indisfarçáveis agendas populistas e anti-democráticas.

O fascismo nunca está morto, espreita, prepara e aguarda as oportunidades. Esta é a verdade e a certeza comprovada na vida real de vários países, nomeadamente da Europa e da América Latina. Não há país nem povo protegidos em qualquer redoma. Por isso é importante preservar a memória e não esquecer as lições da História.

Sobre a importância da memória...

Em Setembro passado, o Parlamento Europeu (PE) aprovou uma resolução intitulada "Importância da memória europeia para o futuro da Europa" que mais não é do que uma deplorável falsificação histórica, uma abjeta promoção do anti-comunismo e, nessa medida, um ataque à democracia. Com esta resolução, pretende-se abrir caminho para intensificar e generalizar a perseguição e proibição de partidos comunistas, e por arrasto de outras forças progressistas e do movimento sindical, criminalizando a luta e o protesto. É o que vem sucedendo, com a cumplicidade da União Europeia, em vários países europeus, onde se registam igualmente práticas de reabilitação e elogio histórico do fascismo e da glorificação dos colaboradores com o nazi-fascismo.

Esta é uma resolução delirante que "condena o revisionismo histórico" (§7) mas é o que ela própria veicula quando, ao assinalar os 80 anos passados sobre a assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop e ao identificá-lo como o ponto que originaria a Segunda Guerra Mundial, omite o seu contexto histórico e todos os acontecimentos que o antecederam, como o

Pacto de Concórdia e Cooperação (1933), ou a Conferência de Munique, de que resultaria o Tratado com o mesmo nome (1938), ou o apoio militar de Hitler e Mussolini a Franco, cujo governo fascista seria reconhecido por França e Reino Unido (1939), entre outros.

Aos subscritores e apoiantes desta resolução, alinhados com as políticas e posicionamentos da União Europeia (UE), parece interessar branquear os crimes do nazi-fascismo, ocultando o papel dos comunistas que encabeçaram a luta e anseios dos trabalhadores e dos povos por toda a Europa. Resistindo-lhe primeiro, e derrotando-o depois. É uma vergonha que deputados portugueses (PSD, PS, CDS e PAN) tenham contribuído para esta aprovação, participando nesta operação de falsificação histórica e de branqueamento do fascismo. Assim desonram a História contemporânea do seu País, apagando o papel destacado dos comunistas na luta pela liberdade e pela democracia, na penosa e longa resistência antifascista. Alguns, em Portugal, tiveram a decência de não apoiar esta resolução quando ela foi a votos na Assembleia da República ou em Assembleias Municipais (como em



Lisboa), apresentada por saudosistas do fascismo, que decidiram prolongar os seus ecos para lá da encenação levada a cabo no Parlamento Europeu. Uma encenação desacreditada pelo próprio presidente do Parlamento Europeu, o italiano David Sassoli, que afirmou, a respeito da resolução, que “confundir nazismo e comunismo é uma operação intelectualmente confusa e politicamente incorreta”, acrescentando que “referindo-se à Segunda Guerra Mundial, corre o risco de colocar as vítimas e os carrascos ao mesmo nível”. Na Itália, lembra ainda Sassoli, “o Partido Comunista foi o protagonista da Resistência, do renascimento democrático do nosso país e da consolidação das instituições republicanas”.

Em Portugal não confundimos carrascos com vítimas, opressores com resistentes, heróis com criminosos: foi o pintor comunista que morreu às mãos dos fascistas; foram os fascistas que abriram o Tarrafal e os comunistas e outros democratas que

nele sofreram e morreram; foram os fascistas que entregaram o país à fome, à emigração e à guerra colonial e perseguiram, reprimiram e assassinaram opositores, com destaque para os comunistas. Os crimes do fascismo são por nós bem conhecidos e nunca serão esquecidos. Para quem tiver agora chegado de outro tempo ou de outro espaço, se dúvidas tiver, leia as publicações da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, visite o museu do Aljube ou o de Peniche, que bem podemos qualificar como uma tão oportuna e recente conquista da revolução!

Nenhum antifascista, nenhum democrata, nenhum historiador pode aceitar esta resolução. Quem a aceita ou mente, ou não tem memória ou está conscientemente a abrir caminho para novas formas de opressão.

Sandra Pereira
Deputada do PCP no Parlamento Europeu

Bolívia e a desigualdade social

Nos últimos meses sentiu-se em quase todo o mundo uma agitação social que desde o Extremo Oriente até ao continente Americano, com maior ou menor violência, trouxe para os jornais e televisões notícias e imagens que com grande frequência chamaram a atenção para uma alteração e perturbação da ordem social com grande abrangência.

Se nos Estados Unidos da América a incontinência de palavrões passou a ser frequente entre os dois grupos que se digladiam pela ocupação da Casa Branca, aparecem agora algumas vozes que vão intensificando e reclamando por mais atenção à grande desigualdade social, aos milhares de famílias sem abrigo e que não são só de imigrantes mas sim cidadãos americanos, muitos deles veteranos de guerra, e que tal desequilíbrio pode estar a provocar que um terço da população esteja a viver abaixo do limite americano de pobreza - rendimento anual familiar inferior a 20.000 USD.

A tão tristemente célebre "Doutrina Monroe", ao fim de 200 anos, continua a ser para os USA a única "política de estado" sempre comum aos Republicanos e aos Democratas; tenta manter todo o resto do Continente Americano sob uma regência implacável na

política e sobretudo no domínio dos bens e jazidas existentes em toda a América do Sul, não admitindo que os países independentes sejam os donos e legais administradores dessas mesmas riquezas do seu subsolo.

Vimos recentemente as várias tentativas de golpes de estado empregues na Venezuela, por esse país não querer abdicar de ter a sua produção petrolífera nacionalizada e pretender passar a ter as suas próprias refinarias, valorizando mais as suas imensas reservas.

Vemos agora o caso da Bolívia, onde a existência de grandes reservas e exploração de dois elementos raros cujos valores no mercado mundial subiram exponencialmente - o Lítio e o Índio - o primeiro para as novas baterias de automóveis e o Índio para écrans de computadores e televisores, atraíram ainda mais o interesse americano e ao saber que a China poderia ajudar a rapidamente aumentar essa extração e transformação no local gerou a "necessidade" de uma rápida intervenção com o uso dum "gaidó" de saias.

As semelhanças entre as actuais sociedades Venezuelana e Boliviana residem fundamentalmente no seguinte - nos dois países nos últimos 15 anos houve uma melhoria significativa nas condições de



vida das classes mais pobres e desfavorecidas, nomeadamente nos meios rurais e pequenos “pueblos” onde passaram a ter acesso a escolas e assistência sanitária e a valorização da produção agrícola permitiu a muita população sair da total indigência em que viviam secularmente.

Claro que nesses mesmos meios rurais a classe média e sobretudo os latifundiários foram altamente penalizados ao passarem obrigatoriamente a respeitar o trabalho dos assalariados agrícolas e não meros servos sem quaisquer direitos.

Obviamente aos agentes norte-americanos esta transformação social não passou despercebida e aumentaram a campanha de recrutamento e aliciamento nas forças armadas, policiais e de segurança para cursos e estágios bem remunerados nos USA. Enquanto na Venezuela tal manobra foi contrariada pelo Presidente Chavez e depois por Maduro, não permitindo que a escolha dos “recrutados” fosse feita pelos serviços norte-americanos, na Bolívia não houve tal cuidado e algumas centenas de policiais e militares de patentes elevadas foram convidados para estágios e cursos nos Estados Unidos e nesses “centros” de formação e controle das populações, sob a capa da luta antidroga, a presença de espe-

cialistas norte-americanos se encarregava de doutrinar e catequizar para a necessidade de mudança de sistema político nos seus países de origem.

A prova que este esquema funcionou na Bolívia foi a rápida saída de alguns Generais e Chefias superiores da Polícia a caminho dos EUA imediatamente após o golpe, onde foram receber os milhões de dólares prometidos e... muitos deles fixar residência, como o General Williams Kalimán, Chefe das Forças Armadas Bolivianas.

Não admira assim que neste momento as forças militares, paramilitares e policiais actuem com uma brutalidade e violência contra as populações civis que se manifestam contra o golpe e dominem a maioria das rádios e imprensa que sempre ficaram nas mãos do grande capital Boliviano e escondem o que se passa.

Evo Morales descurou por completo, durante os anos de sua presidência, o controlo das suas Forças Armadas e Corpos Policiais que se mantiveram ligados à oligarquia local e assim realizaram e apoiaram o golpe de estado contra as populações indefesas.

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO



do General Vasco Gonçalves

Em 03 de Maio de 2021 completam-se 100 anos sobre o nascimento do General Vasco Gonçalves, referência primeira da nossa Associação Conquistas da Revolução.

Em cumprimento do Plano de Actividades aprovado para o ano em curso, a Direcção da ACR está a elaborar um Programa de Comemorações, que espera apresentar brevemente em conferência de imprensa, com as seguintes linhas programáticas:

1. Sessão comemorativa do centenário, em 8 de Maio de 2021 em Lisboa;
2. Sessão comemorativa no Porto, no dia 3 de Maio;
3. Edição de Fotobiografia;
4. Edição de uma medalha comemorativa e outros materiais alusivos;
5. Promoção e apoio de outros eventos comemorativos.

Para a concretização desta ambiciosa tarefa, apelamos ao apoio de todos os nossos associados para manifestarem a sua disponibilidade para integrarem os Grupos de Trabalho em constituição, ou outra qualquer modalidade de participação nas comemorações.



Associação Conquistas da Revolução

ACR Núcleo do Porto

PLANO DE ACTIVIDADES 2020

_17 Janeiro - Sessão sobre "Constituição da República - celebração e defesa".

_28 Fevereiro, 18h- Encontro com Frei Bento Domingues no Espaço Mira, no Porto;

_2 Abril - Sessão comemorativa do 44º aniversário da Constituição da República;

_24 Abril - Jantar comemorativo do 25 de Abril.

FALECEU VIEIRA NUNES

Cumpre-nos o doloroso dever de informar que no passado 24 de Dezembro faleceu o nosso sócio fundador e relator do Conselho Fiscal até 2018, Capitão de Mar e Guerra António Vieira Nunes, militar de Abril, que sempre manteve uma postura conduzida por princípios e convicção inabaláveis na defesa das Conquistas da Revolução.

Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro Design: Ana Neves

E-mail: acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt

www.conquistasdarevolucao.pt

DEPÓSITO LEGAL 360191/13